

## A REINTRODUÇÃO E NECESSIDADE DO ENSINO DA FILOSOFIA NO NO CURRÍCULO DO SEGUNDO GRAU

SEAF \*

Depois da reforma educacional em nosso país, o ensino da Filosofia começou a desaparecer. Essa disciplina passou a ser considerada optativa ou simplesmente foi anulada dos currículos escolares. Com isto o desinteresse dos estudantes frente às disciplinas humanísticas e de modo mais concreto em relação à própria Filosofia, diminuiu de forma sensível.

Levado pela necessidade de concorrer no mercado de trabalho, para garantir a sua sobrevivência, o jovem brasileiro busca hoje, mais do que nunca, a carreira que abra maiores perspectivas de emprego.

Neste quadro, o ensino da Filosofia além de desvalorizado, passa a não poder concorrer no mercado de trabalho.

Desta maneira, tomam forma de lei as decorrências práticas existentes há muito tempo no ensino em nosso país. A procura da Filosofia passa a ter lugar como disciplina optativa frente às demais, as quais os alunos por diferentes motivos não conseguem cursar. Disto se origina também o próprio desinteresse pela carreira deestimuladora nos seus próprios quadros.

Não pretendemos, aqui desenvolver um estudo exaustivo do papel da Filosofia na história da cultura da humanidade. Basta salientar que, mais do que nunca, qualquer medida de caráter prático, jurídico ou teórico, tem como embasamento toda uma posição filosófica. Desse ponto de vista, o condicionamento ou fechamento de uma sociedade, frente à própria disciplina que possibilite um estudo mais aprofundado dos diversos problemas que a atingem, tem também por trás uma posição intimamente teórica, que leva consigo o perigo da desculturação e da incapacidade de desenvolver o pensamento e o raciocínio.

---

\*Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas.

Dentro deste panorama, insere-se perfeitamente o objetivo das novas diretrizes curriculares que, não é nada mais, do que preparar de maneira “eficiente”, técnicos de nível médio para atender às exigências imediatas da nossa sociedade em processo de industrialização, esquecendo-se do essencial da cultura humanista. A prioridade do ensino fixa-se, portanto, em disciplinas que “instrumentalizam” o aluno para o trabalho técnico. Ora, é justamente nesse processo tecnocrático que o ensino da Filosofia se faz necessário. Sendo uma disciplina inteiramente “formadora” e não “instrumentalizadora”, ela tem na formação do aluno um papel importante a desempenhar, pois funciona ou como estimuladora direta no campo das ciências humanas, ou como generalizadora e orientadora na opção do adolescente nas ciências propriamente técnicas. E, não seria demais lembrar, que o objetivo geral da educação é “formar” e “informar”.

### **PELA DEFESA E MANUTENÇÃO DO ENSINO DAS CIÊNCIAS HUMANAS**

A defesa da cultura não reside somente na defesa do ensino da Filosofia. Como parte de toda cultura, a Filosofia está ligada e intimamente entrosada com todas as disciplinas e, em especial, com as das Ciências Humanas.

Com a criação dos cursos de graduação de curta duração, a pesquisa, o estudo aprofundado dos fatos sociais e a reflexão crítica passaram a um plano secundário ou, até mesmo, desapareceram.

Dentro deste quadro universitário atual, proliferam pelo país cursos de licenciatura curta, como o de Estudos Sociais, que têm como objetivo formar, em pouco tempo, professores habilitados a lecionar História, Geografia, OSPB ou Moral e Cívica nas séries de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>, no currículo por áreas do primeiro grau.

Deste modo, um único curso pretende habilitar professores que anteriormente só os cursos de licenciatura plena de História ou de Geografia habilitavam. Formam-se, então, professores polivalentes, com conhecimentos gerais e superficiais sobre muitos assuntos, deteriorando a própria cultura.

Acrescenta-se a isto a redução da carga horária destas disciplinas nos currículos de primeiro e segundo grau. Conseqüentemente, esta situação reflete-se no comportamento desinteressado e alienado dos alunos.

## PELA DEFESA DO MERCADO DE TRABALHO

A formação universitária filosófica apresenta dois objetivos principais, que não estão desligados e sim entrosados: a formação de professores de Filosofia ( dentro da universidade e no ensino de 2º grau ), e a formação de especialistas dentro desta área.

É bastante fácil prever que, eliminado o ensino filosófico nos cursos de nível médio, não há sentido o ensino desta disciplina nas universidades. Depois de formado, o professor de Filosofia se encontra frente a um mercado de trabalho restrito ou inexistente. Sua profissionalização não corresponde aos objetivos curriculares do ensino de segundo grau, decorrendo daí toda sua marginalização profissional. Mesmo que em setor bastante minoritário consiga sua sobrevivência como professor em alguma universidade ( seleção nem sempre justa e de acordo com os méritos dos muitos que a solicitam ), este mesmo setor vê-se atingido diretamente. Com a diminuição ou pouca freqüência dos alunos aos cursos universitários de Filosofia, estes ver-se-ão obrigados a assumir outras características ou simplesmente fechar. Dessa maneira, a defesa da disciplina no 2º grau passa inevitavelmente pela defesa do ensino da Filosofia nas universidades, como a defesa do pensamento filosófico universitário passa, incondicionalmente, pelo estímulo deste nas escolas secundárias.

No mundo em que vivemos, a sobrevivência econômica é um dos principais fatores.

A vocação apresenta-se indiscutivelmente ligado à garantia dada à profissão. E, se agora, a reforma educacional atinge a grande maioria de professores de Filosofia não vinculados diretamente ao ensino desta nas universidades, não é difícil prever que, decorrente de sua desvalorização, **todos** os professores ver-se-ão atingidos com tal medida. O desinteresse pela profissão se faz e se fará cada vez mais agudo. Isto, hoje, já é notório. Basta compararmos a situação atual com anos anteriores, onde se podia, de alguma maneira, estimular a própria vocação filosófica. Desta forma, a defesa do ensino da Filosofia está vinculada com a defesa do nosso mercado de trabalho, da mesma maneira que está vinculada à defesa e garantias da profissão.

Por conseguinte, nossas reivindicações se unem às dos professores paulistas, que já se manifestaram publicamente pela reintrodução do

ensino da Filosofia no 2º grau e contra a proliferação de manutenção de cursos de licenciatura curta.

Só desta maneira, buscando a mais ampla unidade com os colegas de carreira, atingir-se-á tais objetivos.